

PRÉMIO **MARIA BARROSO**

IGUALDADE,
GÉNERO E
CIDADANIA

PRÉMIO ATRIBUÍDO A
**ROSA FILOMENA BRÁS
LOPES MONTEIRO**

NOTA CURRICULAR



O Prémio Maria Barroso é uma iniciativa da Câmara Municipal de Lagoa do Algarve cuja designação se inspira no nome de uma mulher algarvia, portuguesa e europeia, que se distinguiu no seu tempo por uma intensa participação cívica, democrática e cultural.

O Prémio Maria Barroso pretende distinguir contributos relevantes de pessoas individuais ou coletivas, de cariz privado ou privado social, para a construção e valorização da igualdade entre mulheres e homens em respeito pelos direitos humanos, com vista à promoção de uma cidadania proactiva no mundo contemporâneo. Com a atribuição do Prémio Maria Barroso, a Câmara Municipal de Lagoa do Algarve pretende sublinhar o papel dos cidadãos e das cidadãs ou das instituições da sociedade civil na promoção e implementação de práticas de não discriminação através de dinâmicas proactivas e diferenciadoras de cidadania e de promoção da igualdade de género e de oportunidades para todas as pessoas nos territórios e contextos em que intervêm.

O Prémio Maria Barroso é um prémio bienal e será concedido à pessoa, residente em Portugal ou, a instituição coletiva do foro privado ou sem fins lucrativos sediada em Portugal. Esta intervenção a premiar pode revelar-se na forma de uma ação com grande impacto positivo e reconhecimento público, ou numa sucessão de ações que consubstancie um percurso destacado na área da não discriminação, da promoção da igualdade de género e cidadania.

JÚRI DA 3ª EDIÇÃO DO PRÉMIO MARIA BARROSO

Luís Encarnação, Presidente da Câmara Municipal de Lagoa do Algarve;

Isabel Barroso Soares, em representação da família de Maria Barroso;

Anália Torres, professora catedrática de sociologia do ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e fundadora e coordenadora do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género;

Clara de Jesus, Consultora e perita em Igualdade de Género;

Sandra Ribeiro, Presidente da comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

Virgínia Ferreira, doutorada em sociologia, professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), investigadora permanente do CES, Centro de Estudos Sociais e membro fundadora da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres.

Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro

NOTA CURRICULAR

Natural de Coimbra, 50 anos, residente entre Coimbra e Viseu, casada, um filho, Gustavo, nascido em 2003.



Rosa Monteiro nasceu em Coimbra e considera-se hoje mulher de múltiplas pertenças territoriais, partilhando o seu tempo entre esta cidade e Viseu onde também reside. Estudou sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde se licenciou, em 1995, tendo logo aí, e essencialmente pela via do conhecimento, iniciado um percurso de entrega à causa dos direitos humanos das mulheres e dos feminismos. Para conclusão da sua licenciatura, apresentou uma dissertação intitulada “Feminilidade na fábrica: a (re)construção das identidades sexuais nas organizações de trabalho”, fruto de um trabalho de observação participante que fez numa fábrica, com mulheres operárias, que determinaria as suas opções de trabalho e de investigação – a igualdade de género, as políticas organizacionais e as políticas públicas. É, desde então, professora do ensino superior, tendo lecionado vários anos no Instituto Superior Miguel Torga (Sociologia do Trabalho, Sociologia da Ação Social, Metodologias de Investigação). Atualmente é professora na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), onde coordena o Mestrado em Sociologia e leciona Análise de Classes e da Transformação Social, Metodologias de Investigação, Análise e Avaliação de Programas de Intervenção Social. Entre 2003 e 2006 integrou a equipa de coordenação da Pós-graduação “Gerir Projetos em Parceria”, também na FEUC, dirigida a profissionais do Programa de Iniciativa Comunitária Equal.

Em 2002, conclui o mestrado em Família e Sistemas Sociais, com a dissertação “Mães Trabalhadoras face ao Modelo de Maternalização Intensiva”, e, em 2011, doutorou-se em Sociologia do Estado, Direito e Administração, com a dissertação “Feminismo de Estado em Portugal: mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses”, apresentada à Universidade de Coimbra.

É investigadora no Centro de Estudos Sociais (CES), tendo na última década e meia centrado a sua análise no campo da igualdade e das políticas públicas e organizacionais de não discriminação, da integração da perspetiva de género e dos organismos oficiais para a igualdade e não discriminação. Participou na avaliação do II e do III Plano Nacional para a Igualdade. Entre 2012 e 2013 integrou a equipa que produziu a avaliação da Integração da Perspetiva de Género nos Fundos Estruturais - QREN e FEDER. Participou no projeto Local Gender Equality, que desenvolveu instrumentos para o mainstreaming de género nas autarquias, tendo produzido vários guias de apoio, especificamente nas áreas da mobilidade e transportes, e da Segurança e Prevenção da Violência no Espaço Público. Atualmente, integra a equipa do projeto Engender – Integração dos Estudos de Género nos currícula e práticas pedagógicas no ensino público universitário em Portugal, coordenado por Virgínia Ferreira.

Tem participado e/ou coordenado cientificamente vários projetos de intervenção local para a promoção da igualdade de género, designadamente o projeto EQUAL "Iguais num Rural Diferente", ou projeto promovido pela Associação ANIMAR "A Igualdade de Género como Exercício para a Cidadania". Coordenou vários projetos de elaboração de Planos para a Igualdade em Câmaras Municipais (como Coimbra, Figueira de Castelo Rodrigo, Mangualde, Régua, Póvoa de Lanhoso).

Em 2012 foi reconhecida como Perita em Igualdade de Género pelo European Institute for Gender Equality (EIGE), integrando a sua base de dados de especialistas. Foi vice-presidente da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, da qual é sócia, entre 2012 e 2015.

Iniciou a sua participação política ativa em 2013, quando foi convidada a integrar, como independente, a lista do PS à Câmara Municipal de Viseu. Aí foi vereadora entre 2013 e 2017. Em 2015 foi convidada como técnica especialista para a área da igualdade de género e cidadania no Gabinete do Ministro Adjunto, função que exerceu entre 2015 e outubro de 2017. Entre 2016 e 2017, coordenou o Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania, que apresentou a proposta que viria a criar a disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, na escolaridade obrigatória.

Em outubro de 2017, foi convidada pela Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, para o cargo de Secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, no XXI Governo Constitucional. Em 2019, após as eleições legislativas, foi convidada pela Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, Mariana Vieira da Silva, para continuar a exercer as funções de Secretária de Estado

da Cidadania e Igualdade, XXII Governo Constitucional (2019-2022). Em ambos os mandatos assumiu a responsabilidade política e supervisão pelas áreas da igualdade de género, da prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, dos direitos LGBTI+, do tráfico de seres humanos, do combate ao racismo e discriminação racial, da integração das pessoas ciganas e das migrações e refugiados (2017-19). Nesse âmbito criou projetos e plataformas multissetoriais com vista ao envolvimento ativo de entidades pela promoção dos direitos das mulheres, da igualdade de género e dos direitos humanos, como a Aliança para a Igualdade nas TIC, o Pacto contra a Violência, o Pacto para a Conciliação, o Programa Práticas Saudáveis de combate à MGF (Mutilação Genital Feminina), ou o projeto Engenheiras por um Dia. Criou a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND 2018-30) e o Primeiro Plano nacional contra o Racismo e a Discriminação - Portugal contra o racismo, e um modelo de Nova Geração de Protocolo entre os municípios e a CIG e respetivo financiamento de Planos Municipais para a Igualdade. Na área do combate à violência doméstica coordenou a criação de novos instrumentos e programas, bem como de novas respostas de apoio para mulheres idosas, mulheres migrantes, vítimas de casamentos precoces, infantis e forçados, para crianças vítimas de tráfico de seres humanos, e para crianças e jovens da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RAP). Também no âmbito das suas funções governativas tutelou a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), tendo sido promotora da integração significativa de profissionais nos quadros destas entidades, especialmente, do ACM, ao abrigo do PREVPAP - Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública.

É membro do Advisory Board da Women in Tech Portugal. Em 2022 recebeu a Medalha de Mérito da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, pelo trabalho desenvolvido na Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade e, em 2019, o Prémio Políticas Públicas do Jornal do Centro (Viseu).

Tem várias publicações nacionais e internacionais, como por exemplo:

Monteiro, Rosa (2022) *A agenda portuguesa da descriminalização do aborto à luz do backlash sob as forças políticas liberais e conservadoras*. Cadernos Pago, 64. DOI: 10.1590/18094449202200640016

Guadalupe, S., Daniel, F., Testa-Vicente, H., & **Monteiro, Rosa**. (2019). *Uma aproximação às redes sociais pessoais nas trajetórias de velhice*. In H. Espírito-Santo e F. Daniel (eds.). *Trajetos do envelhecimento em Portugal: perspetivas teóricas, empíricas e clínicas*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Monteiro, Rosa (2018) “Por uma intervenção integrada de promoção da natalidade”. In *Desafios Demográficos: a natalidade*. Almedina, Coimbra. ISBN: 978-972-40-7761-1

Monteiro, Rosa (2017) *Estado, movimentos de mulheres e igualdade de género em Portugal: fases e metamorfoses*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Monteiro, Rosa (2014) *A conciliação trabalho-família e os riscos psicossociais*. In *Hernâni Neto; Paulo Areosa e Pedro Arezes (org.)*, Manual sobre Riscos Psicossociais no Trabalho, (pp. 131-151). Porto: RICOT. ISBN: 978-989-97762-9-6

Ferreira, Virgínia, **Monteiro, Rosa** (2013). *Trabalho, Igualdade e Diálogo Social: Estratégias e desafios de um percurso*. Lisboa: CITE. ISBN: 978-972-8399-51-1

Monteiro, Rosa; Agostinho, Luísa, & Daniel, Fernanda. (2015). *Um diagnóstico da desigualdade de género num município em Portugal: estruturas e representações*. *Revista de Administração Pública*, 49, 2, 423-446. Doi: 10.1590/0034-7612130497.

Monteiro, Rosa (2013). *Feminismo de Estado Emergente na Transição Democrática em Portugal na Década de 1970*. *Dados*, *Revista de Ciências Sociais*, 56, 4. Doi: 10.1590/S0011-52582013000400004

Monteiro, Rosa (2013). *Desafios e tendências das políticas de igualdade de mulheres e homens em Portugal*. *Revista de Estudos Feministas*, 21, (2). Doi: 10.1590/S0104-026X2013000200006

Monteiro, Rosa; Ferreira, Virgínia (2012). *Women's movements and the state in Portugal: a state feminism approach*. In *Michael Baum (org.)*, *Civil Society After Democratization: The Quality of Portuguese Democracy*. Lanham: Lexington Books.

Monteiro, Rosa (2010). *A Emergência do Feminismo de Estado em Portugal: uma história da criação da Comissão da Condição Feminina*. Lisboa: CIG. ISBN 978-972-597-328-8.

Monteiro, Rosa (2005). *O que dizem as mães: mulheres trabalhadoras e suas experiências*. Coimbra: Quarteto. ISBN: 978-989-5580-37-8.

<https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-2429-5590>

PRÉMIO MARIA BARROSO

IGUALDADE,
GÉNERO E
CIDADANIA

3ª Edição

2022 / 2023



